



## **REDE SEM FRONTEIRAS ADERE À CAMPANHA “REGULARIZAÇÃO JÁ”**

*Por Jéssica Cunha de Medeiros*

A Rede Sem Fronteiras, uma plataforma integrada por organizações da sociedade civil com representação na América Latina e na Europa que atua na defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas migrantes, se une oficialmente à Campanha “Regularização Já” somando forças e potencializando as mobilizações que tem ganhado voz em diversos países no mundo. A decisão se dá após reunião geral realizada em 4 de junho, com a presença dos membros e parceiros da RSF.

A campanha “Regularização já” surge da preocupação com as populações migrantes e refugiadas diante da crise do Corona vírus, que revelou-se no colapso social e de saúde afetando diretamente essas pessoas que se encontram em situação administrativa irregular nos países que residem. São estas as pessoas que mais sofrem com os efeitos terríveis das políticas de ajustes e cortes do governo nos campos da saúde, social, trabalhista e econômico, gerando um agravamento das condições de vida.

A demanda, alavancada pela Espanha, partiu de uma ação articulada em uma rede estadual de coletivos antirracistas e migrantes auto organizados, exigindo do governo a regularização de modo extraordinária e incondicional como medida de combate à disseminação ao COVID-19. A reivindicação é que a situação regular dos migrantes facilitaria o acesso a serviços primordiais como saúde e moradia, que autorizariam que estes tivessem suporte e assistência para se prevenir contra o vírus.

O movimento começa a trabalhar numa proposta de lei para mudar as normativas para estrangeiros na Espanha, como por exemplo: a exigência que sejam regularizadas as pessoas indocumentadas de forma irrestrita, sem critérios e com licença de trabalho; que às pessoas que precisam de proteção internacional, lhes seja dado o direito de pedi-la; que a acolhida seja integral, com habitação e auxílios sociais; que se cumpra a instrução já existente e que se dê a licença de trabalho aos jovens entre 16 e 18 anos; o fechamento definitivo dos centros de internamento de estrangeiros, dentre outros. Apoiando assim o impulso de novas políticas sob o paradigma dos direitos humanos, justiça social e dignidade de maneira integral e inclusiva.

Essa mobilização iniciada na Espanha expandiu-se internacionalmente estimulando o debate para uma problemática já tão emergente, que é a importância de regularizar os migrantes refugiados, os sobreviventes precários que não podem acessar o trabalho por não terem documentos e aqueles que trabalham sem que seus direitos

trabalhistas sejam respeitados em todo o mundo. No momento delicado da pandemia, alguns países se sensibilizaram ao aderir e propor ações que agilisassem e desburocratizassem a regularização dos migrantes.

O Governo de Portugal foi um destes países, que em medida histórica decidiu regularizar todos os imigrantes que tenham feito pedidos para residência legal nos país até dia 18 de março de 2020, quando foi decretado o estado de emergência. Com o comprovativo do documento do agendamento no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) ou o recibo com o pedido, determina que os imigrantes e requerentes de asilo com pedidos de autorização de residência pendentes no SEF passam a estar em situação regular e a ter acesso aos mesmos direitos que todos os outros cidadãos, incluindo apoios sociais, como Serviço Nacional de Saúde, celebração de contratos de arrendamento, celebração de contratos de trabalho, abertura de contas bancárias e contratação de serviços públicos essenciais.

“Em estado de emergência a prioridade é a defesa da saúde e da segurança coletiva. São nestes momentos que se torna ainda mais importante garantir os direitos dos mais frágeis, como é o caso dos migrantes. Assegurar o acesso dos cidadãos migrantes à saúde, à segurança Social e a estabilidade no emprego e na habitação é um dever de uma sociedade solidária em tempos de crise”. (MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, EDUARDO CABRITA, QUE TUTELA O SEF. JORNAL PÚBLICO, MARÇO DE 2020)

Na França, a mobilização para regularização e assistência aos imigrantes foi dirigida pelo deputado François Michel Lambert, do partido Ecologista francês, e mais 116 parlamentares da Assembleia Nacional. Atendendo as associações, solicitaram através de carta ao primeiro-ministro, Edouard Phillipe, a demanda pela regularização de todos os imigrantes indocumentados que vivem no país.

Na Itália, o Governo em coalizão entre o Partido Democrata e o Movimento Cinque Stelle, iniciou o debate no Conselho de Ministros do conteúdo do Decreto de Rilancio, que trata do futuro de milhares de pessoas que residem no país e dos migrantes que não possuem documentação e esperam que sua situação administrativa seja legalizada em virtude de um extraordinário arquivo regulatório. A campanha Siamo qui! Sanito Subito! (Estamos aqui! Regularização agora!), foi veiculada na Assembleia de 4 de abril, pouco menos de um mês após o início da quarentena na Itália. Objetivando pressionar para acessar a regularização de migrantes irregulares, através de documentação, rapidamente a campanha foi absorvida com o apoio de centenas de organizações e milhares de pessoas. Diego Corrado, advogado em Milão e membro da Assembleia Nacional pelo Partido Itália Viva explica:

Apesar da crise dos últimos anos, os trabalhos nas fábricas e nos campos ainda é suprido por pessoas de situação migratória irregular, sobretudo no sul da Itália. Quando as fronteiras foram fechadas por causa da pandemia, os trabalhadores das colheitas que vinham de outros países da união europeia não puderam mais vir. Isso gerou duas preocupações: a possibilidade de que faltasse comida para o abastecimento da população em geral e a de que os trabalhadores do campo, que já sofrem de

condições laborais extenuantes e tem baixos salários, passassem a viver uma situação ainda pior. ( LIVE REDE SEM FRONTEIRAS, MAIO 2020)

A preocupação das organizações e de um setor político se volta para a emergência sanitária e os riscos e precariedade que se seguiram afetando mais fortemente e diretamente os setores mais expostos da sociedade, como os migrantes.

## **O INÍCIO DA ADESÃO À CAMPANHA**

As primeiras movimentações da Rede Sem Fronteiras pela campanha “Regularização Já” surgem a partir da primeira LIVE ESPECIAL, quando a Deputada Maria Dantas, do Partido da Esquerda Republicana da Catalunha apresentou o tema. A partir de então foram gravados vários vídeos com depoimentos de membros da rede e de lideranças imigrantes da Europa e América Latina.

No Brasil membros da RSF, como a ONG Presença da América Latina, juntaram-se à campanha articulada pela Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas que reivindica a regularização dos imigrantes sem documentos no país. Fruto dessa articulação, encontra-se em tramitação no congresso nacional do Brasil um projeto de lei da bancada do Psol (Partido Socialismo e Liberdade) que propõe a regularização imediata de todas as pessoas migrantes. Entre 2010 e 2018, foram registrados mais de 466 mil migrantes no país, além de 116,4 mil pedidos de refúgio.

A chegada de migrantes ao território brasileiro voltou a acontecer intensamente a partir do final da primeira década do ano 2000 e foi influenciada, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelas crises político-econômica e climática no Haiti, como também mudanças na economia da China, estreitamento de laços com países africanos, o conflito na Síria e, mais recentemente, a profunda crise econômica na Venezuela. Entretanto, ainda tem em vista um grande desafio pela baixa oferta de apoio governamental a imigrantes e refugiados que buscam asilo no Brasil.

Na pesquisa realizada pelo IBGE em 2019, demonstra que apenas 215 cidades oferecem algum tipo de serviço específico para essa população. Assim como os migrantes e refugiados não têm direito à participação política, a exemplo de votar ou ser votado em eleições proporcionais ou majoritárias, a organização em associações ou coletivos é a principal forma de estruturar a ação democrática junto às instâncias de poder.

Na Lei de Migração de 2017, apesar de apresentar em grande avanço quanto a nossa legislação anterior e contrastar com as políticas protecionistas defendidas por alguns países, especialmente mais desenvolvidos, ainda enfrentamos a dificuldade de que o Brasil é o único país da América do Sul que ainda não garante direitos políticos (votar e ser votado) aos imigrantes em nenhum nível: municipal, regional ou nacional. O coordenador executivo da RSF, Paulo Illes enfatiza o trabalho que a Rede Sem Fronteiras tem realizado no Brasil junto às organizações:

“No Brasil ainda temos uma série de dificuldades com estas populações, como por exemplo, imigrantes irregulares que não possuem CPF, nem conta bancária, e por isso não conseguem receber auxílio emergencial ou usufruir de qualquer benefício, como o Cadastro Único de Saúde (CadÚnico), que é do Programa do Governo Federal. Então, nós da RSF queremos conversar no Brasil, junto à comissão que trata das questões de migração e refúgio, com os parlamentares que aprovaram a Lei de Migração de 2017, para que eles possam assumir essa pauta e levar para dentro do Parlamento. E nós, levamos esse nível de debate também para a Espanha, Portugal, França, Itália e outros países.” (PAULO ILLES, COORDENADOR EXECUTIVO DA REDE SEM FRONTEIRAS, JUNHO DE 2020).

## **RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE MIGRAÇÕES 2020**

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) divulgou no Relatório Mundial sobre Migrações 2020, a estimativa da existência de pelo menos 272 milhões de migrantes internacionais no mundo em 2019, o que equivale a 3,5% da população mundial. Esse número configura um aumento de 23% em comparação com 2010, quando relatava 220,78 milhões de migrantes, ou 3,2% da população global, de acordo dados da OIM.

O relatório sinaliza também que o deslocamento forçado tem registrado recordes no mundo, com o número de pessoas internamente deslocadas atingindo 41 milhões, e o número de refugiados chegando a aproximadamente 26 milhões. Ou seja, a necessidade de atender a campanha “Regularização Já” vem em conjunto de também atender ao direito de todas essas pessoas que pedem a dignidade. Durante a reunião, Aida Garcia Naranjo, presidenta do Conselho Internacional da RSF, destacou:

A importância da campanha "Regularização Já" como forma de potencializar uma agenda que vai além ao incluir uma chamada contra fome, contra o despejo de habitação das pessoas migrantes e por uma renda de cidadania universal. (REUNIÃO REDE SEM FRONTEIRAS, JUNHO 2020)

A Rede Sem fronteiras se coloca em cooperação internacional incluindo-se oficialmente nos esforços coletivos para minimizar os efeitos da pandemia, em um movimento que beneficia a sociedade como um todo que é a regularização de migrantes, considerando que as várias medidas tomadas pelos governos para lidar com a crise de saúde durante a COVID-19 não consideraram as especificidades das demandas das pessoas migrantes, quase como se elas não existissem. Portanto, esse momento de pandemia exige um posicionamento dos governos e órgãos de competência decisivas, pois estas populações estão sob condições precárias de trabalho, falta de proteção e a assistência em face da emergência sanitária.

A Rede Sem Fronteiras tem acompanhado desde que começaram a surgir as campanhas pela “Regularização Já”, especialmente na Espanha, depois Brasil, Argentina, França, Itália e vários países do mundo, as organizações membros da rede estão totalmente envolvidas nesta luta pelos direitos dos imigrantes. Avaliamos que as medidas tomadas pelos governos têm sido muito importantes para o combate da situação de vulnerabilidade

das pessoas que ficaram sem trabalho durante a pandemia de Covid-19. No entanto, essas medidas salvo algumas exceções, como Portugal por exemplo consideraram os imigrantes. O desafio que temos assistido na Europa, em especial na Espanha, França e Itália, é que além do número crescente de imigrantes irregulares e que, apesar de estarem procurando estudar medidas de regularização, os governos precisam de uma maior articulação, de maior incidência, maior participação dos imigrantes, das organizações que trabalham com imigrantes e especialmente de um diálogo com o poder público, sobretudo no legislativo. Acredito que o ingresso oficial da RSF na Campanha “Regularização Já” irá trazer este elemento importante que acrescenta a essa luta importante que já vem sendo feita pelos imigrantes, que é o diálogo junto as instituições, em especial os parlamentos, os congressos nacionais. Então, eu acredito que a Rede Sem Fronteiras terá como dar um grande aporte a campanha e sobretudo valorizar essa iniciativa que surge a partir dos imigrantes. Acho que isso é o elemento chave da Campanha, que não é de cima para baixo, mas uma campanha que parte do movimento de imigrantes com uma ampla participação por exemplo, dos coletivos LGBT, das mulheres dentre outros (PAULO ILLES, COORDENADOR EXECUTIVO DA RSF, JUNHO DE 2020).

Ao se somar aos coletivos que juntos lutam por uma regularização imediata, irrestrita e incondicional de todas as pessoas migrantes, a Rede Sem Fronteiras chama para uma solidariedade internacional, pela livre circulação das pessoas, pelo direito humano a migrar e retornar, e sempre migrar com direitos. É necessário que se compreenda que a regularização não é uma questão que perpassa somente o âmbito da solidariedade, é uma questão de justiça social também.

É obrigação dos estados garantir o direito à vida, saúde e muitos outros. Nos tempos da pandemia, falamos sobre a vida humana. A vida das pessoas em situação migratória, sem dúvida, é mais vulnerável do que a dos nacionais, seja por pobreza, falta de informação, falta de conhecimento da língua, aumento da xenofobia e exclusão, discriminação e abandono. Por que todos devemos nos envolver? Porque não temos apenas o direito de toda pessoa humana de garantir nossos direitos, mas também o dever de garantir que esse seja o caso. Nós, da sociedade civil organizada, devemos promover, ajudar e proteger que tenha acesso ao cumprimento dessas pessoas. Direito não é uma opção, é um dever categórico de todos. É justo e necessário fazermos parte da campanha. (ORIANA ISABEL JARA, DIRETORA DA RSF e FUNDADORA DA ONG PRESENCIA DA AMÉRICA LATINA, JUNHO DE 2020)

Procuramos, transversalmente, propor uma governança das migrações pautada na justiça social e na garantia dos direitos fundamentais para todos os seres humanos, onde a normatização institucional por meio de processos legais garanta a proteção da igualdade de direitos, bem como às liberdades, preservando o bem dos indivíduos e da comunidade em geral. Assim sendo, a Rede Sem Fronteiras convoca o movimento social internacional, as organizações de base, as associações de migrantes e todos os atores envolvidos na causa migratória a defender e promover essa Campanha para estimular os governos a se posicionarem diante de uma Regularização Já!

#RegularizaçãoJá #MigrarComDireitos #PeloDireitoAoRetorno #LiberdadeCirculação